Modalidade do Trabalho - Resumo Expandido

**REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO E REFORMA DO SERVIÇO CIVIL: UM PANORAMA DA EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA**

***Pereira, Andreza Paula Santos.1***

1 Graduanda em Administração Pública pela Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: andreza.pereira@upe.br

**INTRODUÇÃO**

Durante um longo período, o Brasil foi colônia de Portugal, deixando como herança, a influência sobre nossos hábitos e nossa cultura. O modo com que nosso povo foi colonizado e organizado se deu a partir da vinda da coroa portuguesa para nosso território, fazendo com que o modelo patrimonialista na administração pública fosse fortemente predominante nas terras brasileiras até a década de 1930. Só foi possível a implementação de novos paradigmas acerca da burocracia dentro da administração pública nesse país, após ocorrer as reformas do Estado Novo.

A administração no período do Brasil colonial tinha característica centralizadora e normativa, onde as ordens partiam da metrópole, tendo como base, as estruturas do poder local. Na capital de Portugal estavam situadas as principais instituições de poder, e por esse motivo, era gerada uma maior dificuldade no que diz respeito a cobertura do território nacional em sua totalidade. No Brasil, o governo-geral tinha a incumbência de cuidar e colocar as ordens e as regras do país, sendo que esse período foi marcado por uma demasia nas regras e procedimentos. Com isso, foi visto as inúmeras e expansivas dificuldades que o Estado português dispunha na época para conseguir ter o alcance da sociedade como um todo, e como consequência acarretava uma “liberdade” de ação dada pelas elites das regiões.

A administração do Marquês de Pombal, entre 1750 e 1777 que ocorreu no período colonial brasileiro foi um grande marco histórico, pois foi marcada pela busca de uma maior racionalidade e eficiência em relação à administração do império português. Entretanto, no Brasil, apenas após a vinda da família real, no ano de 1808, é que ocorreu uma mudança no panorama. Após a chegada da corte portuguesa, muitas instituições governamentais foram edificadas no território brasileiro e desde então, se deu início ao processo de estruturação no país.

**OBJETIVOS**

 O presente trabalho busca analisar o processo de evolução no contexto histórico da administração pública do Brasil, mostrando os aspectos que nortearam cada fase, bem como os pontos que foram marco em todo o processo, desde o modelo patrimonialista até os dias atuais.

**MATERIAIS E MÉTODOS**

Revisão literária analisando as contribuições de publicações que abordam a evolução da administração pública no Brasil, fazendo uma discussão sobre questões que se relacionam com a redefinição do papel do Estado e da reforma no serviço civil.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Por muito tempo na administração pública do Brasil, foram predominantes o patrimonialismo e o clientelismo, desde o período colonial até o governo de Vargas. Foi observado que o Estado brasileiro possuía uma elite tida como dominadora, sendo abundante em privilégios beneficiar amigos e aliados na máquina pública. Desse modo, a população acabava sendo afastada do papel de participação política no território nacional.

Após a existência do modelo patrimonialista, que teve sua duração até 1930, surge um novo período, chamado de Estado Novo, este apresentado por Getúlio Vargas através de uma racionalização burocrático-administrativa, que teve como intuito centralizar as decisões, visando garantir a intervenção de forma mais intensa dentro do setor produtivo de bens e serviços.

 O patrimonialismo na Administração Pública não estava extinto totalmente no Brasil. Na época, enquanto o preenchimento dos cargos de altos escalões da burocracia passou a ser realizado por meio de concursos públicos (estes organizados por carreiras que seguiam os critérios meritocráticos), o preenchimento dos escalões considerados inferiores ainda ocorria através de indicações. Com a saída de Getúlio Vargas, o modelo patrimonialista foi retomado, causando nas contas públicas, uma desorganização imensa e isso resultou na interferência por parte dos militares na política brasileira.

 Através da edição do Decreto-Lei n. 200/1967 foi realizado uma nova ação com o propósito de uma nova implementação institucional, caracterizando para a Administração Pública do Brasil, um evento significativo, sendo marcado pela saída da administração pública burocrática, para um foco gerencial. Esse decreto buscou a flexibilização da gestão no Brasil, acerca da máquina administrativa do Estado, adotando do modelo gerencial de administração.

 No ano de 1985, após o término do governo militar, José Sarney assume a Presidência da República, fazendo com que houvesse a retomada do regime democrático. Esse governo decide extinguir o Dasp no ano de 1985, criando a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (Sedap). Assim, dentre os objetivos de sua criação teve a descentralização política, dando aos estados e municípios uma maior autonomia.

 Entretanto, o governo militar acabou por deixar uma crise política, econômica e fiscal. Mesmo com a criação do plano cruzado, posteriormente o Brasil acabou embarcando em um período hiperinflacionário. Através da Constituição de 1988, no plano administrativo havia a centralização, fazendo com que retornasse a ideia burocrática que permeou a década de 1930. Esse ocorrido configurou em um desprestígio referente a administração pública do Brasil, onde perdurou até a década de 1990.

 Logo após, o governo Collor (1990-1992) foi marcado por impactos na administração pública, onde ocorreram diversas medidas radicais, pautadas na postura do neoliberalismo e do Estado mínimo. A reforma em seu governo buscou o enxugamento, buscando privatizar as empresas estatais. Isso gerou a extinção de inúmeros órgãos e ministérios, que por consequência teve a demissão em massa de muitos funcionários públicos.

 No governo de FHC, no início de 1995, houve uma nova reforma administrativa brasileira liderada por Luiz Carlos Bresser-Pereira. O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), constatou a necessidade de realizar o melhoramento da eficiência, eficácia e efetividade, elaborando o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). A aprovação da reforma gerencial teve a Emenda Constitucional n. 19/1998 como marco, onde a mesma acabava por incluir o vocábulo ‘eficiência’ dentro dos princípios responsáveis por nortearem a administração pública, onde encontra-se no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Todavia, o PDRAE não obteve o sucesso esperado, pois houve discordâncias acerca das propostas que estavam pautadas no plano.

Quando se deu início ao governo Lula, o país se encontrava em um cenário assustador, com altas dívidas e um alto nível de desigualdade social. As evoluções em seu governo se deram a partir de quatro áreas: econômica, social, gestão pública e investimentos. Com o passar dos anos, o Brasil teve um fortalecimento do Estado através da prestação de serviços públicos que foram gerados em decorrência das diversas ações do governo, como o aumento na oferta de concursos públicos, reestruturação de carreiras, entre outros.

Posteriormente a seu governo, Dilma toma posse da presidência, dando segmento a grande parte das políticas econômicas do governo anterior, como por exemplo a intenção de fortalecimento estatal, por meio das contratações de servidores públicos através da realização de concursos públicos. Contudo, seu mandato foi marcado por intervenções na economia.

 Em ambos governos (Lula e Dilma), uma área que ganhou grande prestígio foi no âmbito da transparência, tendo como marco a Lei de Transparência (Lei n. 131/2009) e a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011). Porém, a existência desses marcos legais não impossibilitou as práticas corruptivas. A breve administração de Temer (2016-2018) em seu término, foi marcada por corrupção, falta de comando político, entre outros fatores que marcaram negativamente sua passagem pelo poder, dando início também a reforma trabalhista, deixando o questionamento se esta seria uma evolução ou um retrocesso na administração pública do Brasil.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através do contexto histórico referente a Administração Pública brasileira, ficou evidente que o país passou por diversos processos, observando a reformulação do papel do Estado. Assim, foi se dando origem a diversas práticas na gestão. Com a influência originária dos povos responsáveis pela colonização do Brasil, o modelo patrimonialista foi introduzido na administração brasileira, onde as falhas desse método facilitaram o uso do nepotismo e da corrupção, sendo um reflexo até nos dias atuais nas práticas políticas.

Logo em seguida, surgiu como alternativa para sancionar essas problemáticas, a burocracia, fazendo a utilização de um maior controle acerca dos procedimentos e também da máquina pública, com o intuito de buscar a melhoria na qualidade de prestação de serviços. Entretanto, a demasia no controle dos procedimentos e interesse, foram cruciais para seu fracasso. Outras tentativas foram implantadas, como o PDRAE. Nesse período houve um empenho de inserir o modelo gerencial, tentando auxiliar no fornecimento de um aumento da autonomia, eficiência e responsabilidade do Estado, no fomento de políticas públicas.

Nas gestões mais recentes, foram responsáveis por priorizar soluções mais rápidas focadas em um aspecto de universalização e isonomia com direção na prestação de serviços, visando uma maior autonomia em dois pontos: gerência e avaliação dos resultados. No entanto, apesar das significativas mudanças ao longo da história, é observado que algumas práticas continuam sendo utilizadas nos modelos recentes, tendo influências das práticas passadas, como a administração burocrática e patrimonialista.

**REFERÊNCIAS**

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em 07 de janeiro de 2021.

BRESSER-PEREIRA. Luiz Carlos. **Do Estado Patrimonial ao Gerencial. Brasil: um século de transformações**. São Paulo. 2001. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-73estadopatrimonial-gerencial.pdf>. Acesso em 10 janeiro de 2021.

CARVALHO, Eneuton Dornellas Pessoa de. O Aparelho Administrativo Brasileiro: Sua Gestão e Seus Servidores – De 1930 aos dias atuais. In: JÚNIOR, José Celso Cardoso. **Burocracia e ocupação no setor público Brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. p. 47-89.

BRASIL, Decreto-Lei n. 200/1967 de 25 de fevereiro de 1967. **Dispões sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em 12 janeiro de 2021.

SILVA, Thiago Antunes da Silva. **Conceitos e Evolução da Administração Pública: O Desenvolvimento do Papel Administrativo**. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16678/4429>. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma:** dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0104-06182012000400009>. Acesso em 8 fevereiro de 2021.